

## **A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA ESTADUAL NO PIAUÍ: ASPECTOS DA ORIGEM E O PROCESSO DE EXPANSÃO NOS ANOS 1990.**

Maria da Penha Feitosa / SEDUC<sup>1</sup>

### **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O presente trabalho apresenta um resumo dos resultados de pesquisa realizada em nível de mestrado sobre a ação do poder público estadual no sistema educacional piauiense, quando este criou, a partir de 1984, a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí - FADEP, voltada primordialmente para a formação e melhoramento da atuação do quadro docente do sistema, principalmente do interior do Estado e, em 1986, quando entra em funcionamento o Centro de Ensino Superior do Piauí – CESP. Esta ação é analisada no contexto de uma realidade extremamente desfavorável para a educação pública do Piauí no período estudado, notadamente no que diz respeito à formação acadêmica e à carência de professores em áreas fundamentais para o funcionamento do Ensino Médio no interior do Estado. A análise de como ocorreu a implantação desse projeto no Piauí e a sua evolução foi priorizou o contexto de disputa política partidária entre os quadros que governaram o Estado e que marcou o decorrer de todo o período estudado. Disputa que conduziu a proposta original dos educadores que idealizaram a criação da instituição ora para a consecução dos seus fins, ora para objetivos que não aqueles que lhe deram origem, recompondo pedaços do seu projeto original ou agregando a este novas propostas, de acordo com os interesses de cada uma das forças políticas que chegavam ao poder, na reconfiguração de uma proposta de existência que foi se delineando por toda a década de 1990, sem conseguir se consolidar enquanto resposta efetiva aos problemas da educação no Estado. O somatório desses acontecimentos veio apontar e dar vazão à segunda preocupação do trabalho, que foi o amplo processo de expansão vivenciado pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Expansão aqui entendida como ampliação, interiorização e diversificação do sistema de Educação Superior sob a administração do poder público estadual piauiense, voltando o olhar principalmente para a partir de 1995, numa conjunção de ações que deram origem a uma universidade com novas propostas para o sistema educacional do Estado. A análise desse segundo aspecto se deu priorizando-se a contextualização dos fatos num espaço mais amplo de criação, onde estiveram presentes contribuições filosóficas e sociológicas de autores preocupados com a questão educacional e a sua relação com o conteúdo ideológico do sistema capitalista. Dessa forma, para a compreensão do fenômeno, elevou-se a análise a um contexto mais aprofundado de discussão, dentro da abordagem teórico-metodológica escolhida, e a sua inserção como parte das políticas internacionais e nacionais reservadas para a educação superior, dentro das políticas neoliberais dos anos 1990 e das novas estratégias de atuação do Estado brasileiro. Partindo de uma reflexão sobre as determinações do Consenso de Washington (anos 1980/1990), da Conferência de Jomtien/Tailândia (1990), do Plano Decenal de Educação para Todos (Brasil, 1993), da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394 (Brasil, 1996), da Emenda Constitucional nº 14 (1996),

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura Plena em História, Mestre em Educação (Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí).

que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, regulamentado pela Lei 9424/1996, e, finalmente, a Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que cria o Plano Nacional de Educação. Como resultado desta análise desnudou-se um perfil de universidade com novas orientações para a Educação Superior nas quais se identificam restrições para um real desenvolvimento acadêmico e intelectual de suas frentes, conferindo a estas condição subalterna ao crescimento acadêmico, cultural e intelectual, como de resto se fez com a universidade brasileira.

A leitura do contexto em que foram forjadas as alterações no perfil do Estado e da Universidade brasileira permitiu perceber a facilidade com que foram implementadas as políticas de ajustes, com o uso da máquina administrativa pelo controle e manipulação que o governo mantém dos mecanismos dos setores públicos e de suas políticas, visto a proximidade que mantém com os segmentos da sociedade que estão mais diretamente ligados ao poder. Permitiu perceber também quanto os organismos internacionais, notadamente o Banco Mundial, têm de interferência nos países ditos em desenvolvimento, nos quais têm interesses econômicos<sup>2</sup>.

Observou-se ainda que as políticas adotadas no setor educacional, principalmente a partir de metade da década de 1990, só foram possíveis com a interferência decisiva dos governos e das elites dos países signatários, pela aprovação de leis que deram cobertura legal às mudanças operadas em nível nacional e aproveitadas em níveis locais, segundo as conveniências e interesses de quem estivesse no poder. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB-9394/96, alvo de tantas expectativas, principalmente por parte daqueles que se vêem envolvidos na educação, da qual têm alguma percepção subjetiva, não se confirmou como uma agenciadora das transformações sociais esperadas, embora tenha dado um certo sentido organizativo no sistema educacional.

Segundo Antonio Joaquim Severino (2002, p. 60)<sup>3</sup>, a expectativa animadora que a nova LDB traz para muitas pessoas se define pelo próprio condicionamento histórico de se acreditar que as leis são a representação viva da concretização, "não apenas de princípios, mas sobretudo de compromissos e deveres aptos a implementarem os direitos de outras tantas pessoas marginalizadas, sitiadas, excluídas". Mas, aí é que, "a utopia é destruída pelo enviesamento ideológico da legislação como um todo. Se, de um lado, ela é vista pelos que dela dependem para contar com o usufruto de algum direito, de outro ela é usada por aqueles que dela pouco precisam, para salvaguardar seus privilégios" (SEVERINO, 2002, P. 60).

O estudo bibliográfico, além de mostrar a direção no sentido de se evitar as armadilhas ideológicas tão comuns no sistema de representações da vida cotidiana, evidenciou em primeiro plano uma premissa básica para o estudo que prioriza a história ou partes da história de uma sociedade: as instituições ou aspectos destas que estejam na mira do pesquisador não podem ser compreendidas apartadas da relação que mantêm com o todo que as envolve e do qual são partes constitutivas, visto que são produtos complementares de uma mesma realidade. A Universidade brasileira e, conseqüentemente, a educação superior, no bojo das políticas nacionais, não teriam espaço para os ajustes visando uma adequação,

---

<sup>2</sup> Ver CRUZ, Rosana Evangelista da. Banco Mundial e Política Educacional: o Projeto Nordeste para a Educação Básica e seus desdobramentos no Piauí. Teresina: EDUFPI, 2005.

<sup>3</sup> Para maior aproximação da temática, ver "Os embates da cidadania: ensaio de uma abordagem filosófica da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional" IN: LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam / Iria Brzezinski (Organizadora), referencial constante na bibliografia deste trabalho.

não fosse as alterações operadas em nível das funções do Estado, pela via da legislação, notadamente a legislação educacional brasileira.

No caso das políticas adotadas na Educação Superior no Piauí, sob a administração do Governo do Estado, o que ficou evidente foi o seu caráter de complementaridade em relação ao que se preconiza em nível nacional em termos de desmanche da Educação Superior brasileira. Percebeu-se também o quanto é forte a relação de dependência dessas políticas ao capital internacional, no sentido da mudança que se empreendeu no perfil da Universidade, enquanto instituição secular dentro da história do país, conseqüentemente do modelo de educação oferecido nessa instituição, e a medida de reestruturação do Estado brasileiro, que passa a se ocupar cada vez menos com o setor social, no qual a educação superior está inserida, agora vista pela Legislação educacional brasileira como um setor de serviços.

Assim, a universidade brasileira perde a face histórica que a caracterizou desde as suas origens e ganha a feição mercadológica que ficou delineada no referencial teórico utilizado neste trabalho. Se o capitalismo, segundo Frigotto (1995, p. 196-197), vive uma crise e busca maneiras de superá-la, assumindo novas facetas (neoliberalismo, globalização), o que é parte e sustentáculo dele tende a acompanhar a sua tendência, transformando-se para atender aos interesses da reprodução deste sistema, no sentido de mantê-lo garantindo a coexistência das mesmas condições que o fazem viver: a exploração e a reprodução dos seus mecanismos de controle social. A segmentação e a fragmentação da educação acontecem nesse contexto como estratégias de subordinação dos processos educativos ao capital.

A histórica situação de dependência do Brasil, desde o dia em que o europeu/português aqui chegou, muito bem trabalhada nas reflexões de Fávero (1980) e Chauí (2001), fez-se compreensível, desde que observadas também em sua relação com a realidade econômica e social de uma sociedade fruto do modo de produção capitalista. As instituições inclusas e partes do sistema capitalista metamorfoseiam-se conforme as necessidades de adequação deste aos novos paradigmas. A Universidade, sendo uma instituição social, significa "que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada" (CHAUÍ, 2001, p. 35), mostrando uma situação de dependência, que é histórica, e que se apresenta no momento dado apenas renovando as suas estratégias de convencimento.

A perspectiva teórico-metodológica adotada levou-nos, portanto, a considerar, não uma situação isolada, ocorrida no Estado do Piauí, mas a relação do fenômeno aqui estudado no contexto maior de mudanças em que vive o Estado brasileiro, assim como a realidade vivida em outras universidades estaduais<sup>4</sup>, também centro das discussões nos mais diversos estados da Federação, observadas por pesquisadores como partes da política nacional reservada à educação superior.

A idéia da criação de uma instituição que pudesse apoiar o desenvolvimento do sistema educacional do Estado do Piauí, na década de 1980, só ocorreu no limite de uma realidade extremamente desfavorável para a educação do Estado e no que diz respeito à

---

<sup>4</sup> Ver A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS: o impacto nas UES baianas: [ronaldabarreto@uopl.com.br](mailto:ronaldabarreto@uopl.com.br) / [wjose@ig.com.br](mailto:wjose@ig.com.br). Ver ainda A INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO, (DOURADO, 2001); ENSINO SUPERIOR EM GOIÁS EM TEMPOS DE EUFORIA: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 1980, (BALDINO, J. M. 1991).

formação dos seus professores, quando foram identificados índices altíssimos de descontrole e ineficiência do sistema. A educação pública no Piauí sofria total estrangulamento nas suas bases: altos índices de analfabetismo, de evasão, de repetência nas séries iniciais do sistema; falta de professores e sobretudo de professores qualificados para atender a essa demanda. Enfim, uma série de distorções que exigiam políticas imediatas e que viessem para resolver principalmente a situação de caos instalada no interior do Estado, segundo os sujeitos entrevistados.

A sociedade piauiense, como ficou evidenciado durante a pesquisa, recebeu a FADEP - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Estado do Piauí, com muito entusiasmo. Uma Fundação, criada em 1984, que surgiu a partir de um diagnóstico negativo da educação no Estado, não é de se estranhar que tenha sido acolhida com muita expectativa e como a esperança de uma breve resposta aos graves problemas enfrentados pela educação no Estado. E por isto a sociedade, notadamente a comunidade educacional do Estado, esperou durante quase toda a década de 1980, vendo os recursos públicos serem aplicados na viabilização do funcionamento desta Fundação que nasceu com esse objetivo.

Ao tempo em que os discursos de que os problemas iam ser resolvidos através dos projetos implantados pela Fundação recém-criada ficavam cada vez mais afinados, talvez na mesma proporção os objetivos eram desviados, visto que o CESP e depois UESPI foram instituições gerenciadas por grupos políticos contrários, com propostas de trabalho diferentes e em tempos diferentes da sua história. O revezamento desses grupos no poder significava também mudança na direção dessas instituições e conseqüentemente dos projetos que vinham sendo adotados, mesmo que estivessem dando certo, como ficou demonstrado, segundo depoimento dos entrevistados.

Portanto, embora tenha conseguido desenvolver alguns projetos e objetivos para os quais foi criada, que foi formar grande quantidade de professores em nível superior, considerando-se aqui apenas a quantidade, a FADEPI perdeu "o fio da meada" ao longo da década seguinte, 1990, com a implantação de um modelo que priorizou finalidades que não aquelas voltadas para o sistema educacional piauiense como um todo, principalmente a partir da metade dos anos 1990.

Os números atingidos com a expansão, interiorização e diversificação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, principalmente em 1998, quando o FUNDEF passa a ser efetivamente utilizado na expansão, segundo a maioria dos entrevistados, não constituíram parâmetro de qualidade da educação superior oferecida à sociedade, tampouco melhoria de funcionamento do sistema. A educação superior pública oferecida pelo Governo do Estado do Piauí se manteve, até o período estudado, no nível da diplomação para atingir um número cada vez maior de diplomados no menor espaço de tempo possível.

**Números:** 1990 – 1.123; 1991: 1.459. De 1991 a 1994, o quadro de ofertas se manteve mais ou menos estável. Em 1998, a UESPI ofereceu 1.436 vagas somente para o Período Regular e 2.674 vagas para o Período Especial.

Em 2000 foram oferecidas 8.980 vagas, totalizando uma **expansão de 969%** (novecentos e sessenta e nove por cento) entre o período de 1995 a 2000.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

Algumas considerações sobre situações facilmente identificadas, outras implícitas no processo, e que podem ter contribuído para que a tendência à expansão se efetivasse e tivesse o respaldo dos próprios envolvidos e beneficiários do sistema, como demonstrou a maioria dos sujeitos que contribuíram com este trabalho. A forma de apresentação está organizada da seguinte forma: 1º bloco de argumentações – 8 itens; 2º bloco de argumentações: 4 itens.

#### 1º BLOCO:

1. Identificamos um quadro bastante desfavorável no sistema educacional do Estado como um todo. E na Educação Superior essa realidade não se mostrou diferente: de uma população de 2.139.000 habitantes, apenas 7.834 eram alunos universitários e em todo o Estado havia 9.258 portadores de diploma de 3º Grau. De 26.289 professores que compunham a rede estadual de ensino, 15.674 (59,92%) eram leigos, ou seja, não possuíam formação especial para exercer o magistério.

Um quadro bastante difícil que em muito contribuía para a precariedade identificada pelos próprios educadores, motivo das lutas por melhores condições de trabalho, salário e formação, naquele momento de muita atuação dos movimentos sociais organizados em torno da defesa de uma escola pública de qualidade. Foi o argumento para a luta pela criação da FADEPI, que surgia sob uma aura de expectativas por parte daqueles que almejavam uma instituição que em primeira instância viesse para dar qualidade e apoiar o desenvolvimento da Educação no Estado, como a própria sigla da instituição o dizia. A formação integral do seu quadro docente, principalmente o do interior, onde foi identificada maior carência, era uma via para que a melhoria se confirmasse.

A trajetória de vida da FADEPI, como ficou demonstrado nas análises dos documentos e nos depoimentos, não confirmaria essa premissa, visto que esta, sendo marcada por sucessivas mudanças de governos e, conseqüentemente, de gestores da instituições, cada um com o objetivo de imprimir nela a sua marca, expressada na sua forma de administrar, não teve em si a continuidade dos projetos originais. As mudanças administrativas geralmente priorizavam questões político-partidárias, o que aos poucos foi descaracterizando a proposta original, principalmente na virada da década de 1980/1990 e, notadamente, a partir de 1998, com a consolidação de um outro projeto: o de inserção da UESPI no que os seus gestores chamaram de modernidade.

2. A dimensão da expansão da UESPI se mostrou compatível com o que já havíamos identificado em outros estados da Federação, portanto, orgânica a um modelo que se fazia mostrar assim como também as suas deficiências. As novas regras para a educação superior num contexto já institucionalizado pela nova legislação educacional brasileira, respaldava os encaminhamentos para aprofundamento da tendência expansionista, pois cumprindo nada mais que o que determinava a Lei maior da educação (todos teriam que possuir curso superior um espaço de tempo determinado). O financiamento ficaria por conta dos recursos do FUNDEF, conforme as conveniências e interpretações de seus aplicadores.

3. Ao nos colocar a realidade da prática cotidiana dos indivíduos, envolvidos que estão na atmosfera comum do que ele chama de "práxis humana", Karel Kosik (1976, p. 9) confirma, dessa forma, uma característica básica da natureza expansionista da UESPI nos anos 1990: a busca de resolver problemas crônicos da educação piauiense, num espaço de tempo e estrutura funcional não compatível com a dimensão do projeto, numa aura, portanto, de imediatismo e de resultados práticos, sem medir os efeitos dessas medidas no sistema educacional do Estado como um todo.

4. A obediência ao ajuste das suas políticas às políticas neoliberais se deu no âmbito da Legislação educacional brasileira, quando esta veio favorecer a continuidade e aprofundamento dessas medidas, a partir de 1996, com a implantação do FUNDEF, e em 1998, no Piauí, com a acelerada expansão da UESPI. Ao assumir o aspecto independente e natural, deslocado do todo, o expansionismo da UESPI estabelece-se de forma compulsória e penetra na consciência dos indivíduos como algo singular na história do Estado, enquanto confere a seus empreendedores retornos em termos de fortalecimento das suas bases políticas no Estado.

5. Ao se colocar em patamares elevados, em termos de crescimento quantitativo, em um Estado que permanece pobre e com uma Educação Superior, pela via do Governo do Estado, em contínuo processo de questionamento até pelos próprios sujeitos que viabilizaram a sua origem e expansão, notadamente no que diz respeito ao seu efeito no sistema educacional do Piauí como um todo, as alterações verificadas nas funções da UESPI, observadas por toda a década de 1990 e aprofundadas nos dois últimos anos, como mostram os números apresentados neste trabalho, representam bem o processo de vazio, descontinuidade e de mudanças como as questões centrais que têm afligido o ensino superior no Brasil e o reflexo de tudo isso nas universidades estaduais.

6. Buscando compreender como a sociedade viu esse processo, pela ótica do pensamento de Norbert Elias (1999, p. 113-122), percebeu-se aí um pouco do efeito que se fez em termos de propaganda sobre o crescimento vertiginoso da UESPI. Esta, a nosso ver, foi mais forte do que o desejo de conhecê-la em seus pormenores. Quando o autor fala das mudanças enquanto fenômenos sociais em uma dada realidade, fala também da dificuldade que temos de percebê-las como parte de um todo que segue o seu curso movido por uma teia de interdependências que se estabelece entre os indivíduos, como a engrenagem que faz com que as coisas andem e mudem uma realidade social, ou seja, como a resultante da interação desses indivíduos em suas relações com os seus pares escolhendo o mais adequado aos seus interesses.

7. Analisando, dessa forma, a expansão da UESPI, mesmo tendo sido recebida como uma ação individual, isolada, ou de um grupo político definido, configurou-se antes como o conagraçamento de um projeto político-partidário para a promoção de resultados políticos também definidos, mas em consonância com um sistema de receituários internacionais e nacionais que interessava aos

promotores e "donos da situação" em um contexto de busca de afirmação e um modelo que interessava naquele momento. Nessa perspectiva, Kosik ilumina a forma de como perceber essas práticas quando diz que "todo agir é "unilateral", já que visa a um fim determinado e, portanto, isola alguns momentos da realidade como essenciais àquela ação, desprezando outros, temporariamente. (KOSIK, p. 14-15).

8.O que foi descartado, que não foi temporariamente, no caso em estudo, constituiu exatamente os limites e paradoxos vivenciados pela educação superior sob a gestão do poder público estadual no Piauí: a expansão desmedida com a remota preocupação com o que poderia "depois" vir a ser com a qualidade. O apoio ao desenvolvimento do sistema educacional no Piauí continuou sendo uma utopia por toda a década de 1990. A quantidade de professores diplomados com curso superior no Estado, longe de funcionar como termômetro para medir a qualidade da educação e desenvolvimento acadêmico da UESPI, DO Estado e dos seus agentes de transformação social, tornou-se retórica e alvo de questionamentos sobre sua real finalidade. Assim como o tema da expansão nas IES estaduais continua sendo alvo der discussões em todo o País. A realidade da educação no Piauí, onde se incluem as condições de trabalho e salários dos docentes é outro fator de consideração ao configurar-se também como resultado dessas ações de pouco comprometimento com a educação e com a qualidade.

A perspectiva teórica utilizada no capítulo 2 deste trabalho foi fundamental para que pudéssemos perceber a importância de buscar compreender o fenômeno da expansão da educação superior pública no Piauí, sob a gestão do aparato estatal e oferecida à sociedade piauiense como um dever cumprido pelo Estado, partindo da lógica que orienta toda instituição orgânica ao modelo de Estado capitalista, ressaltando a relação do seu projeto de "mudanças" na educação superior com a expansão ora investigada, consubstanciada no Piauí em um modelo específico e o comprometimento deste com as políticas neoliberais brasileiras, embora estas preconizem a diminuição e não o alargamento das funções do Estado, o que "parece" ter ocorrido quando a UESPI expande suas funções para além fronteiras do Estado do Piauí.

Eis a forma como se dá o "enviesamento ideológico" colocado por Vitor Paro (2005), também na educação e por Severino (2002), no que diz respeito à Legislação educacional brasileira. Ver a expansão da UESPI dentro da proposta neoliberal de Estado mínimo seria uma contradição, não fosse as contribuições teóricas que nos permite observá-la em uma outra dimensão que não pela simples explicação de que "assim se fez a democratização do ensino superior no Piauí" pela implantação de um modelo de expansão que teve como carro-chefe os cursos de férias para professores, via convênios com prefeituras do interior do Piauí e de outros Estados da Federação, e os cursos sequenciais.

## 2º BLOCO

A relação da expansão com o projeto do capitalismo moderno (neoliberalismo), ou o acobertamento desta, só foi possível, portanto, porque comporta, pelo menos, quatro vertentes ideológicas, que passamos a formular. Podemos dizer ideológicas na medida em que desviam da sociedade o conhecimento do conteúdo de uma realidade concreta, ou seja,

o dever do Estado em oferecer uma educação de qualidade e o direito do indivíduo de ter acesso a uma formação de qualidade, duradoura e que não lhe sirva apenas para manusear o seu instrumento de trabalho.

1. A primeira dessas vertentes se configura pela persuasão<sup>5</sup> utilizada pelo Estado, através da qual se obteve a conformação de uma massa de professores pelo oferecimento de uma formação aligeirada, descompromissada com a qualidade, até pelo tempo que o aluno/professor dispõe para desenvolver e se envolver com as atividades acadêmicas, excluindo-o, de certa forma, do conhecimento de outras oportunidades, ao mesmo tempo, falseando o cumprimento de um dever, que é do Estado: oferecer uma formação de qualidade e em condições mínimas para que esta se efetive de forma satisfatória para um retorno também satisfatório no âmbito da prática docente.

2. Segundo, a verificação da privatização do público, viabilizada com a cobrança de taxas, principalmente nos cursos seqüenciais, cuja natureza continua sendo alvo de discussões, pelas contradições que apresentam tanto no próprio texto da lei que os criou, como nas interpretações feitas pelas IES que os implantou como salvaguarda do mercado de técnicos especializados. Este dispositivo, que também lançou mão da propaganda e do discurso para obter o consenso das massas, foi bem assimilado pela sociedade, que só depois percebeu o engodo, podemos dizer razão da debandada na procura e recuada das IES no oferecimento desta modalidade, pelo menos a partir do momento que percebeu que esta, não tendo surtido os efeitos esperados, poderia ser logo substituída por outra, contando que se aproveitasse o consenso já conseguido.

3. Terceiro, além de conseguir o consentimento das massas pela via da persuasão de quantidade imensa de professores ansiosos pela qualificação (em situação de extrema carência, de bom tamanho fica o que é oferecido). Os professores precisavam garantir a formação em nível superior, a Legislação, via LDB, assim o predizia, sob o argumento de que sem o nível superior os professores sairiam da sala de aula, a expansão da educação superior pública estadual, da forma como se processou no Piauí, ainda serviu para instrumentalizar os acordos político-partidários, na medida que garantiu os contratos/acertos político-econômicos, primeiro entre os gestores da UESPI e as prefeituras do interior do Piauí e de outros Estados, como Maranhão, Bahia, etc, envolvidas no projeto, utilizando recursos do FUNDEF, segundo, entre representantes de comunidades/povoados com algum peso político, dentro da correlação de forças dos acordos políticos e que poderiam garantir determinado retorno àqueles que estavam no poder municipal. Os "testes" para ingresso nos cursos de licenciaturas conveniados eram elaborados e aplicados nos próprios municípios. As vagas nem sempre ocupadas por professores dos municípios, mas por funcionários das prefeituras ou pessoas da comunidade que pudessem ter alguma

---

<sup>5</sup> Ao apresentar o conceito de Estado em sentido amplo, Gramsci (1978,p147) agrega a este Estado também as funções de persuasão. O Estado-coerção já não dá conta de manter o consentimento "espontâneo" das massas às suas políticas e passa a utilizar os instrumentos coercitivos associados aos de persuasão, como os meios de comunicação de massa, a escola etc., para manter a ordem na lógica do capital.



ligação política com o prefeito ou com o grupo que estivesse no poder, conforme depoimentos registrados neste trabalho.

4. Quarto, a proliferação de campi e núcleos fora da sede que os criou; a criação de cursos e modalidades variadas de ensino para alguns, concomitante à implantação da faculdade de Medicina (FACIME), em Teresina e a faculdade de Odontologia, em Parnaíba, ostentadas como prêmios para alguns poucos e garantia da inserção da Educação Superior oferecida pelo Estado no mundo da modernidade e dos novos valores do capital mundial. Para a maioria, as licenciaturas estavam de bom tamanho, o algo mais a conquistar ficou para uma minoria, assim como as facilidades para o acesso às modalidades mais bem elaboradas.

O que percebemos dessa análise é que o "enviesamento ideológico" se dá pelo "consentimento", nem sempre percebido pela grande massa de professores diplomados pela UESPI, da proletarização imprimida ao professor e se inscreve num contexto que "parece" não deixar brechas para questionamentos, visto o cenário de satisfações com que o processo esteve envolvido, e interpretações para o desvelamento de uma realidade onde consta o direito de o trabalhador usufruir de uma formação de qualidade, principalmente no que diz respeito às licenciaturas, uma área que se pretende ligada à formação de consciências para a transformação social.

Assim, pudemos verificar que a expansão da educação superior pública estadual no Piauí, ajustada num modelo de gestão administrativa empreendida pela UESPI na década de 1990, não se tratou de um alargamento ou potencialização das funções do Estado para o setor educacional, mas do cumprimento, de forma precária, das determinações reservadas para as IES estaduais, que para continuarem existindo precisaram lançar mão de viabilidade econômica própria com a cobrança de taxas e utilização de recursos do FUNDEF, cumprindo, dessa forma, um outro papel que lhe é reservado na lógica da educação capitalista, que é a de justificar a existência das IES privadas, visto que, de acordo com Paro (2000), a educação pública funciona também "como álibe no processo de escamoteação das injustiças sociais, apresenta-se também como objeto de reivindicação da população, cujas pressões neste sentido não podem ser ignoradas" (PARO, 2000, p.111). Neste sentido, a educação superior pública precisa acontecer, embora precariamente, para o bom andamento inclusive das faculdades particulares. Para estas sobrou o oferecimento dos cursos ditos de maior competitividade no mercado e status na sociedade, reservados para aqueles que podem pagar.

Nesta perspectiva é que seria um grande equívoco imaginar o fenômeno da grande expansão ocorrido na educação superior pública estadual do Piauí nos anos 1990 como algo saído da mente de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos que, nas relações de interdependência no interior da classe que detém o poder, teria maquinado, de forma deliberada e usando de má fé, um conjunto de ações, isoladas do todo social, no sentido de prejudicar intencionalmente pessoas, categoria de trabalhadores ou mesmo as massas.

Não se trata, portanto, de uma "teoria conspiratória das elites", mas dos frutos da política de uma instituição ou de um sistema educacional que é orgânico a um modelo de sociedade, a sociedade capitalista, e enquanto tal interage no sentido de manter a educação tal qual como está. Nesse processo, de acordo com Paro (2000, p.110) "as desigualdades são apresentadas como acidentalidades, numa ordem social que, sendo justa no seu todo,

possui algumas disfunções que podem ser corrigidas desde que, aos cidadãos sejam dadas oportunidades". De forma que isso apareça como prêmio, ou seja, uma oportunidade que é "dada" ao indivíduo. Este, não sabendo aproveitar a oportunidade que o sistema lhe ofereceu para sair da pobreza ou da situação de inferioridade social na qual se encontra, tende a acreditar ser unicamente sua a responsabilidade, nunca de um sistema que sobrevive pelas crenças que ele próprio dissemina e são assimiladas como verdades absolutas por toda a sociedade.

Para finalizar as considerações sobre este trabalho, podemos dizer que as análises efetivadas permitem a conclusão de que a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Estado do Piauí – FADEP (sem o "i" mesmo, pois assim foi configurada a sua sigla na sua origem) surgiu num momento de total desorganização e ineficiência da educação no Estado, como projeto salvacionista do sistema educacional como um todo e partiu de um grupo de educadores preocupados com a qualidade da educação pela qualificação do quadro docente do sistema.

Tratava-se de pessoas ligadas em sua maioria à Universidade Federal do Piauí, professores, assessores e técnicos da Secretaria de Educação do Estado na década de 1980, e aqueles que constituíram o primeiro quadro de funcionários da Fundação. O sistema precisava, urgentemente, de uma instituição que pudesse pormenorizar os graves problemas que vinha enfrentando, principalmente com a falta de professores qualificados no interior do Estado. A atuação desses agentes se deu no âmbito da articulação de forças para fazer valer um projeto, subsidiar recursos e facilitar a tramitação jurídica no processo de efetivação da Fundação, que posteriormente viabilizou o funcionamento do CESP, versão inicial da UESPI.

As constatações reunidas neste trabalho constituem fortes evidências de que, diferentemente do apoio ao desenvolvimento do sistema educacional no Estado do Piauí, objetivo primeiro da FADEPI, e para o qual foi criada, a FUESPI, mantenedora da nova UESPI, em sua versão modernizada, tomou um outro rumo, perdendo, no percurso dos anos 1990, o fio que ligava a instituição criada em 1984 com a organização e a qualidade efetiva da educação no Estado e apoio ao seu quadro docente.

Verificou-se que a adoção do regime expansionista aconteceu em detrimento de vários fatores que constituem a identidade universitária. Neste ponto lembramos Catani e Oliveira (2000, p.186) quando enfatizam que "a universidade é uma instituição social, científica e educativa, cuja identidade está fundada em princípios, valores, regras e formas de organização que lhe são inerentes". Portanto, ao se manipular a identidade histórica de uma universidade compromete-se a sua legitimidade social junto com a "capacidade de lidar com as idéias, buscar o saber, descobrir e inventar o conhecimento", que Catani e Oliveira (2000, p.186) defendem como requisitos básicos inerentes a qualquer instituição universitária.

As análises, interpretações e considerações empreendidas até aqui nos levaram a compreender que a universidade, ao abrir mão de sua identidade histórica, corre o risco de servir a propósitos de reprodução do poder e das estruturas contraditórias existentes, distanciando-se cada vez mais de postular para si o papel de instrumentadora da transformação social. O modelo de expansão adotado na Universidade Estadual do Piauí – UESPI, apesar de ter contemplado as aspirações de muitas pessoas, na maioria professores, em busca mais da diplomação do que dos conhecimentos que um curso superior integral oferece, pois assim exigiu a Legislação Educacional Brasileira quando determinou, em primeira instância, um prazo para que os professores se formassem em nível superior ou

corriam o risco de perder o único meio de sobrevivência que possuíam, a docência, foi também o meio adotado para garantir, na forma de expansão para democratização do ensino superior, os contratos com o poder público municipal, em municípios do Piauí e de outros estados da Federação, sob os auspícios da Legislação educacional brasileira, tanto a Lei 9394/96 como a Lei 9424/96, que favoreceram grandemente os convênios firmados com o poder público municipal, utilizando recursos do FUNDEF – Fundo de Manutenção, Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, criado pela citada Lei.

Silva Junior, em suas argumentações teóricas sobre o novo papel da universidade brasileira no capitalismo neoliberal, diz que o maior prejuízo da Educação Superior com a aplicação das políticas neoliberais no setor foi a perda da identidade histórica da universidade ao se criar modelos de organizações acadêmicas que não se coadunam com o projeto de universidade histórica que prima pela qualidade, não perdendo de vista a opção pela educação para a transformação social. A expansão deve existir, sim, mas de forma que aconteça para diminuir e não aumentar o fosso existente entre a educação para poucos e a educação para a maioria, que são os trabalhadores, os realmente responsáveis pela produção da riqueza material e do conhecimento historicamente acumulado, pois a eles, como diz Vitor Henrique Paro, é que devemos o nosso maior tributo.

Paro (2000), nas suas análises sobre o destino do legado cultural e a manipulação deste legado pela sociedade capitalista, chama atenção para o fato de soar um tanto quanto hipócrita a afirmação de que o povo deve buscar, ele mesmo, elaborar a sua cultura, o seu saber, como se a classe trabalhadora, durante milhares de anos, já não tivesse arcado com o pesado ônus de sua elaboração. O que nos faz perceber que somente de uma perspectiva histórica é que o educador de um modo geral, e em especial aquele que exerce a função no interior da instituição escolar, poderá perceber que, embora a sua situação de detentor de um saber elaborado se deva a uma "concessão" dos administradores do dinheiro público, é aos dominados de todos os tempos que ele deve tributo e que, não importando sua origem social, é à classe operária que ele deve vincular-se em sua função de desvelar a realidade social que de alguma forma pode prejudicar a sua ação transformadora, utilizando a mesma arma que a classe dominante emprega na manipulação da realidade concreta para conseguir o consenso em torno do seu projeto de sociedade. A possibilidade de inversão dessa lógica está justamente na apreensão dessa arma, que é o conhecimento, pela grande massa de trabalhadores que fazem a riqueza deste país.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALENCASTRE, J. M. P. de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.

ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1996.

AQUINO, P. M. **Interiorização da Universidade Estadual do Piauí – UESPI**: poderá contribuir para a solução dos problemas político, social e cultural. Monografia para conclusão de Especialização em Administração Educacional, da Universidade Estadual do Piauí, 1995.

ARAÚJO FILHO, L. S. **Depoimento** [novembro/2004]. Entrevistadora: Maria da Penha Feitosa. Teresina. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para levantamento de dados para esta pesquisa.

ARAÚJO FILHO, L. S. **Por um compromisso social e político da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí**. Discurso proferido na aula inaugural do CESP – Centro de Ensino Superior do Piauí, da FADEPI, no Centro de Convenções, em Teresina, em 28 de julho de 1986.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997.

BALDINO, J. M. **Ensino superior em Goiás em tempos de euforia**: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Goiânia, 1991. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás.

BARDIN, L. 1977. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes.

BERTOLO, S. J. N. 2004. **Reformas Educativas, Regulação Social e Formação Docente**: um olhar sobre as políticas públicas. Artigo apresentado no GT 8, no Congresso sobre Educação na Universidade Federal do Pará.

BITTENCOURT, Almir: **Depoimento** [fevereiro/2005]. Entrevistadora Maria da Penha Feitosa. Teresina. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para levantamento de dados para esta pesquisa.

BOMFIM, M. C. **Lutas populares pela escola pública e gratuita em Teresina**: o caso dos bairros Lourival Parente e Vila São Francisco/Sul. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado em História e Filosofia da Educação), 1991.

BOMFIM, M. C. **Movimento de docentes da educação básica estadual pública piauiense**: heterogeneidade e diferenças. São Paulo: PUC-SP (Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação), 2000.

BRANDÃO, C. R. 1983. **Refletir, discutir, propor**: as dimensões da militância intelectual que há no educador. IN: **O Educador**: vida e morte. Rio de Janeiro: Graal.

BRASIL, 2003. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. – 3ªed. – São Paulo: Rideel.

BRASIL, 1995. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

BRASIL, MEC-INEP, 2000. **Evolução do Ensino Superior – Graduação: 1980-1998**. Brasília: o Instituto.

BRASIL, **Decreto 1.36**, de fevereiro de 1995. Suspende a realização de concursos públicos federais e dá outras providências.

BRASIL, **MP 938** de março de 1995. Base para a política de avaliação de cursos universitários.

BRASIL, **Lei 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Institui o Conselho Nacional de Educação (CNE). Publicada no DOU, de 11/10/1996.

BRASIL, **Lei nº 9.192**, de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários.

BRASIL, **Lei 9.288**, de julho de 1996. Instituição de alterações no Programa de Crédito Educativo.

BRASIL, **Decreto 2.026**, de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior.

BRASIL, **Decreto 2.208**, de abril de 1997. Instituição da educação profissional em três níveis: básico; técnico (médio) e tecnológico (superior).

BRASIL, **Portaria nº 637**, de 13 de maio de 1997. Dispõe sobre o credenciamento de universidades.

BRASIL, **Portaria nº 639**, de 13 de maio de 1997. Dispõe sobre o credenciamento de centros universitários, para o Sistema Federal de Ensino Superior.

BRASIL, **Portaria nº 640**, de 13 de maio de 1997. Dispõe sobre o credenciamento de faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores.

BRASIL, **Portaria nº 641**, de 13 de maio de 1997. Dispõe sobre a autorização de novos cursos em faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores em funcionamento.

BRASIL, **Decreto 2.306**, de agosto de 1997. Regulamentação do Sistema Federal de Ensino (público e particular), cria os Centros Universitários.

BRASIL, **Portaria nº 972**, de 22 de agosto de 1997.

BRASIL, **Resolução CES nº 02**, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os Programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, do ensino médio e da educação profissional em nível médio.

BRASIL, **Decreto 2.494**, de fevereiro de 1998. Regulamenta o Programa de Ensino à Distância.

BRASIL, **MP 1.657**, de maio de 1998, aumenta as gratificações dos reitores e dirigentes das universidades federais.

BRASIL, **Lei 9.678**, de julho de 1998. Instituição da GED para os docentes do ensino superior.

BRASIL, **Resolução CES nº 01**, de 27 de janeiro de 1999. Dispõe sobre os cursos seqüenciais de educação superior, nos termos do art. 44 da Lei 9.394/96.

BRASIL, **Portaria 606**, de abril de 1999. Estabelecimento de regras para a abertura e funcionamento dos cursos superiores seqüenciais.

BRASIL, **Portaria 612**, de 12 de abril de 1999. Dispõe sobre a autorização e o reconhecimento de cursos seqüenciais de ensino superior.

BRASIL, **Lei 9.870**, de novembro de 1999. Dispõe sobre o valor das anuidades nas IES particulares.

BRASIL, **Decreto 3.276**, de dezembro de 1999. Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.

BRASIL, **Portaria Interministerial nº 63**, de março de 2001. Determina a proibição de contratação de docentes pelo RJU nas IFES.

BRASIL, **Decreto 3.860**, de julho de 2001, altera todo o sistema de avaliação, abertura e reconhecimento de cursos, complementado pela **Portaria 1.985**, de setembro, que estabelece regras para a suspensão do reconhecimento de cursos.

BRASIL, **Decreto 3.908**, de setembro de 2001. Dispõe sobre a legalização dos campi fora de sede já criados e em funcionamento em municípios do mesmo Estado da universidade ou centro universitário que os criou.

BRASIL, **Resolução CNE/CP 01**, de 18 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

BRASIL, **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF: MEC.

BRASIL, **Lei 9.424**, de 24 de dezembro de 1996. – Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Brasília/DF: MEC.

BRASIL, **Lei 10.172**, de 09 de janeiro de 2001. – Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Publicado no DOU em 10 de fevereiro.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, dezembro de 2001.

BRASIL. MEC-INEP. 1993. **Plano Decenal de Educação**. Brasília/DF: MEC.

BRASIL.MEC-INEP. Novembro 2000. **Números da educação no Brasil: Nordeste**. Brasília/DF.

BRASIL. MEC-INEP. Novembro 2000. **Números da educação no Brasil: Piauí**. Brasília/DF: MEC/INEP.

BRASIL. MEC-INEP. 2003. **Censo Educacional 2002**.

BRASIL, MEC. Dep. Educação Superior. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI**, 2000.

BRASIL, **Decreto nº 91.851**, de 30 de outubro de 1985. Autoriza o funcionamento dos cursos de Pedagogia, Letras e Administração do Centro de Ensino Superior do Piauí. Brasília, 1985.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. **Certificado de Matrícula – CM, da FADEP**, junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS. Teresina, 1985.

BRITO, I. S. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURKE, P. (org.); tradução de Magda Lopes, 1992. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. 1992. **A Escola dos Annales: A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1992.

BRZEZINSKY, Yria e outros. 1997. **LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez.

CAMARGO, Arlete M<sup>a</sup> Monte & CHAVES, Vera Lúvia Jacob. **A Expansão do Ensino Superior no município de Belém**. Artigo (as autoras são professoras da UFPA e doutorandas da UFMG).

CAMPOS, C. M. 2004. **A Expansão da Educação Superior - privatização e massificação: o caso do Estado do Ceará**. [Casemiro@unifor.br](mailto:Casemiro@unifor.br).

CARDOSO, C. F. Epistemologia pós-moderna: a visão de um historiador. In: FRIGOTTO G. e CIAVATTA M. (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CARDOSO, C. F. S. 1984. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense.

CARVALHO, J. M. de. 1996. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará.

CATANI, Afrânio M. (Org.). 1996. **Universidade na América Latina**: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez.

CATANI, Afrânio M. e OLIVEIRA, João F. de (org.). Universidade Pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. In: TRINDADE, Hégio (org.). **Universidade em Ruínas**: na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre: CIPEDDES, 2000.

CATANI, Afrânio M. e OLIVEIRA, João F. de. A Educação Superior. In: OLIVEIRA, R. P. de e ADRIÃO, T. (org.). **Organização do Ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

\_\_\_\_\_. A reforma da educação superior no Brasil nos anos 90: diretrizes, bases e ações. In: CATANI, A. M. OLIVEIRA, R. P. (org.). **Reformas educacionais em Portugal e no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b, p. 95-134.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CHAUÍ, M. et. al. 1980. **Descaminhos da educação pós-68**. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. Universidade em Liquidação. In: **Caderno MAIS, Folha de São Paulo**, de 18 de julho de 1999. São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Universidade Operacional. In: **Caderno MAIS, Folha de São Paulo**, de 09 de maio de 1999. São Paulo, 1999.

COELHO, E. C. 1988. **A sinecura acadêmica**: a ética universitária em questão. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

CRUZ, R. E. da. 2005. **Banco Mundial e Política Educacional**: o Projeto Nordeste para a Educação Básica e seus desdobramentos no Piauí. Teresina: EDUFPI.

CRUZ, R. E. da. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional? In: **Educar em Revista**, nº 22 / 2000.

CRUZ, A. da C.; MENDES, M. T. R. **Trabalhos Acadêmicos, dissertações e teses**: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002). Niterói: Intertexto, 2003.



CUNHA, L. A. **A Universidade Crítica**: o ensino superior na república populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Temporã**: o ensino superior da colônia à era de Vargas. Rio e Janeiro: Francisco Alves, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

\_\_\_\_\_. **Qual Universidade?** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. **ERA UMA VEZ UM REI CHAMADO D. JOÃO VI...** Entrevista para a Revista Caros Amigos, Ed. Especial – nº 09, novembro/2001. "**A Universidade no Espelho**: para onde caminha o ensino superior no Brasil, 2001.

CUNHA M<sup>a</sup> C. **A Expansão do sistema de Educação Superior baiano e as Novas Configurações na Oferta de Cursos**. Artigo extraído da Internet [mariacunha@zaz.com.br](mailto:mariacunha@zaz.com.br). Julho 2004.

DAVIES, N. **O FUNDEF e as verbas da educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

DAVIES, N. **Financiamento da educação**: novos ou velhos desafios. São Paulo: Xamã, 2004.

DAVIES, N. **Legislação Educacional Federal Básica**. São Paulo: Cortez, 2004.

DEMO, Pedro. 2004. **Sociologia da Educação**: sociedade e suas oportunidades. Brasília: Plano Editora.

DIEHL, A. A. **Do método histórico**, 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

DIDONET, V. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Editora Plano, 2000.

DOURADO, L. F. 2001. **A Interiorização do Ensino Superior e a Privatização do Público**. Goiânia: Ed. UFG.

DOURADO, L. F. CATANI, M. A. e OLIVEIRA, J. F. de (orgs.). **Políticas e gestão da educação superior**: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Gianina: Alternativa, 2003.

DURKHEIM, E. **As Regras do Método Sociológico**. Coleção a Obra-Prima de Cada Autor. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DURKHEIM, E. **A Ciência social e a ação**. São Paulo: Difel, 1975.

ELIAS, N. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

EUGÊNIO, J. K. (org.). **Histórias de vário feito e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001.

FÁVERO, M. de L. de A. **Universidade e Poder**: análise crítica / fundamentos históricos (1930/45). Rio e Janeiro: Achiamé, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Universidade em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Da Universidade "modernizada" à universidade "disciplinada"**: Acton e Meira Mattos. Educação e Sociedade nº 30, 1988: 87-133.

FERNANDES, F. **Universidade Brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

FISCHMANN, Roseli (org.). **Universidade, Escola e Formação de Professores**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional, In: OLIVEIRA, R. P. de (org.). **Política Educacional**: impasses e alternativas. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIRE, P. **Conscientização**: Teoria e Prática de Libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**, 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, L. C. de. Neotecnicismo e Formação do Educador, In: ALVES, Nilda (org.). **Formação de Professores**: pensar e fazer. São Paulo: Cortez (Questões da nossa época), 1999.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. O Enfoque da Dialética Materialista Histórica na Pesquisa Educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2002.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA M. (org.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GENTILLI, P. O Consenso de Washington e a Crise da Educação na América Latina. In: **A falsificação do Consenso**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. e GENTILLI, P. **Escola S.A.** - quem ganha e quem perde no mercado educacional do Neoliberalismo. Brasília/DF: CNTE, 1996.

GIROUX, H. A. Professores como intelectuais transformadores. In: **Os Professores como Intelectuais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOMES, A. J. **O Conhecimento Científico, a Universidade Estadual do Piauí e a Qualidade do Ensino**: algumas reflexões acerca do Vestibular Específico: [antoniojg@uol.com.br](mailto:antoniojg@uol.com.br). 2000.

GOMES, A. J. 2002. Cooperativismo educacional no Brasil: contribuições históricas à sua gênese. In: FERRO, M. A. B. (org.). **Educação**: saberes e práticas. Teresina: EDUFPI, 2002.

GOMES, Ana Sílvia Alves. **A expansão do ensino superior no Estado do Pará na década de 1990**: uma análise sobre os cursos de licenciatura no município e Belém. Artigo apresentado no GT 11, no Congresso de Educação da UFPA, 2003.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Civilização Brasileira, 1983.

\_\_\_\_\_, **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HOBBSAWM, E. **Ecos da Marselhesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

\_\_\_\_\_. "Introdução", In: MARX, K. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JANOTTI, A. **Origens da Universidade**. São Paulo: DUSP, s.d.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUENZER, A. Z. As Mudanças no Mundo do Trabalho e a Educação: novos desafios para a gestão, In: FERREIRA, N. C. (org.). **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

LAUGLO, J. Críticas às Prioridades e Estratégias do Banco Mundial para a Educação. Tradução de Dagmar M. L. Zibas. **Cadernos de Pesquisa** nº 99. São Paulo: FAPESP, s/d.

LUCKESI, C. (et. al). **Fazer Universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1995.

MAGALHÃES, J. A . F. A Crise do Estado Contemporâneo: transformações do papel do Estado nas sociedades contemporâneas e no Brasil. In: **Ciência Política**, 3ed. Brasília: Vestcon, 2003.

MARTINS, A. de S. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 2ed. Teresina: CEPRO, 2002.

MARX, K. & ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

MARX, K. **Manuscrtos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELLO, G. (org.). **Escola Nova, tecnicismo e educação compensatória**. São Paulo: Loyola, 1983.

**MELLO, G. N. Magistério de 1º Grau: da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Loyola, 1983.**

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINOGUE, K. R. **O Conceito de Universidade**. Tradução de Jorge Eira Garcia Vieira. Brasília: Editora da UNB, 1981.

MINTO, C. A . e SILVA, M. A . **Treinamento travestido de graduação superior. Anatomia de um engodo educacional. Curso supletivo para professores?** (mimeo, 2001). Contatos: (011) 3815.0232 e (018) 229.5335, ramal 20 ou (019)3233. 5958.

MORAIS, K. N. **Política de Expansão e Interiorização da Universidade Federal de Goiás**. Artigo (2004 mimeo).

MORIN, E. **Sociologia: a sociologia do microsossial ao macroplanetário**. Europa-América: Mira-Sintra, s.d.

MURANAKA, M. A. S. e MINTO, C. A. O Capítulo "Da Educação Superior" na LDB – uma análise. In: **Revista Universidade e Sociedade**. Ano VIII, nº 15, fevereiro de 1998. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES/SN), p. 65-75.

NUNES, J. B. **Tempo de Universidade**. Teresina: EDUFPI, 1994.

\_\_\_\_\_. **Depoimento** [março/2005]. Entrevistadora Maria da Penha Feitosa. Teresina. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para levantamento de dados para esta pesquisa.

NUNES, C. Memória e História da Educação: entre práticas e representações. In: LEAL, M. C.; PIMENTEL, M. A. L. (orgs). **História e Memória da Escola Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.

OLIVEIRA, R. P. & ADRIÃO, Teresa (orgs.). O Ensino Fundamental. In: **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2002.

PARO, V. H. **Escritos sobre a educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

\_\_\_\_\_. **Administração Escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2000

PASSOS, G. O. **Universidade brasileira e atitude de classe: a prática docente entre 1930 e 1960**. Dissertação de Mestrado. UFPI, 1997.

PASSOS, G. O. O surgimento da universidade no Brasil: superando o lamento. In: **Linguagens, educação e sociedade**. Teresina: UFPI, 1997, v.2. p39-50 (Revista do Mestrado em Educação).

\_\_\_\_\_. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense**. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2003.

PERONI, V. **Política Educacional e o Papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

PIAUI, Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí. **Piauí: Visão Global**. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

PIAUI, Universidade Estadual do Piauí – UESPI. **Estrutura Organizacional**. Assessoria de Planejamento (org.). Teresina, 1999.

PIAUI, Universidade Estadual do Piauí – UESPI. **Estatutos: Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI / Universidade Estadual do Piauí – UESPI**. Assessoria de Planejamento (org.). Teresina, 1999.

PIAUI, Universidade Estadual do Piauí – UESPI. **A busca da qualidade: pesquisa e pós-graduação na UESPI**. Catálogo de cursos: 1999. Assessoria de Planejamento (org.). Teresina, 1999.

PIAUI, Universidade Estadual do Piauí – UESPI. **Documentos Básicos**. Assessoria de Planejamento (org.). Teresina, 1999.

PIAUI, Universidade Estadual do Piauí – UESPI. **Relatório de Pesquisa / Avaliação Institucional**. Assessoria de Planejamento (org.). 1997.

PIAUI, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Estado do Piauí – FADEP. **Relatório Semestral / FADEP – 1991**, mantenedora do Centro de ensino Superior – CESP e do Centro de Teleeducação – CETEL, no período de 15 de março a 15 de setembro de 1991.

PIAUÍ, Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Assessoria de Planejamento / Divisão de Planejamento e Estatística. **Relatório de Atividades-1998**. Teresina: dezembro/1998.

PIAUÍ, Universidade Estadual do Piauí - UESPI / Assessoria de Planejamento / Divisão de Planejamento e Estatística. **Relatório de Atividades-1999**. Teresina: janeiro/2000.

PIAUÍ, Universidade Estadual do Piauí – UESPI / Coordenadoria de Planejamento – CPLAN / Divisão de Planejamento e Estatística. **Relatório Histórico-Institucional e funcional da UESPI – de 1984 a março de 2003**. (Relação dos campi e núcleos instalados / Relação dos cursos de graduação, autorização e reconhecimento). CPLAN (org.) 2003.

PIAUÍ, CEPRO. 2000. **Piauí: guia de bolso**. Teresina:/PI: CEPRO

PIAUÍ, **Carta CEPRO**. 2001. Setembro/dezembro. Teresina, 2001.

PIAUÍ, SEPLAN. 1997. **Piauí: um Estado diferente**. Teresina/PI: SEPLAN, 1997.

PIAUÍ, **Carta CEPRO**, jan/jun. 2002. Teresina: CEPRO, 2002.

PIAUÍ, **Decreto nº 6.096**, de 22 de novembro de 1984. institui a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Estado do Piauí – FADEP, e dá outras providências. Publicado no DOE nº 225. Teresina, 28 de novembro de 1984.

PIAUÍ, **Lei nº 4.230**, de 01 de agosto de 1988. Autoriza o Poder Executivo a criar as condições necessárias à instalação e ao regular funcionamento da Universidade Estadual do Piauí. Publicado no DOE nº 140, de 03 de agosto de 1988.

PIAUÍ, **Decreto nº 7.435**, de 13 de outubro de 1989. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Piauí. Publicado no DOE nº 196, de 23 de outubro de 1989.

PIAUÍ, Secretaria de Educação. **Portaria GSE nº 5754/85**. Designa servidores lotados na Secretaria para prestarem serviços na FADEP "sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens percebidas". Gabinete do secretário de Educação. Teresina, 13 de junho de 1985.

**PIAUÍ, Secretaria de Educação. Ofício nº GSE-710/85, de 08 de maio de 1985: Carta-Consulta, acompanhada de "Visão prospectiva da economia regional", dirigida ao presidente do Conselho Estadual de Educação, sobre a oportunidade e conveniência de abertura de cursos/habilitações, em nível de 3º grau, com currículos mínimos fixados, instituindo-se, assim, a Faculdade Estadual do Piauí – FEP, tendo como órgão mantenedor a FADEP.**

PIAUÍ, FADEP. **Encarte 02**: perfil das cidades-pólo e respectivas regiões, selecionadas para abrigar os primeiros campi da UESPI. Teresina, 1988.

PIAUÍ, FADEP. **Encarte 06**: manual de organização e funcionamento da biblioteca central da UESPI – fase 1988, Teresina.

PIAUÍ, FADEP. **Ficha de Atualização Cadastral**. Insc. Est. Nº 19080066-6. Sec. de Fazenda. Teresina, 1985.

PIAUÍ, FADEP. **Projeto de criação**: Doc. Identificação, qualificação, assessorias, concepções e objetivos da instituição. Teresina, 1985.

PIAUÍ, FADEP. **Caracterização da área geoe educacional de atendimento**/ caracterização da necessidade social dos cursos. Teresina, 1985.

PIAUÍ, FADEP. **Relatório analítico-descritivo das condições de ordem legal e material que recomendam o competente ato de autorização do funcionamento regular da Universidade Estadual do Piauí**. Teresina, 1988.

PIAUÍ, FADEP. **Contratos de prestação de serviços** entre a Secretaria de Educação do Estado do Piauí e a empresa METAPLAN – Planejamento, consultoria e Pesquisa LTDA (nº 164/84), abril/1984, e a POLIEDRO – Informática, consultoria e serviços. Teresina, abril/1984.

PIAUÍ, FADEP/CESP, FADEPI/CESP, FADEPI/UESPI e FUESPI/UESPI. **Manuais dos vestibulares**: de 1986 (primeiro vestibular) a 2002. Teresina.

PINO, I. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social. In: BRZEZINSKI, I. (org.). **LDB Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

PINTO, J. M. de R. Financiamento da Educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). IN: **Educação & Sociedade – Revista de Ciência da Educação**, volume 23 – número especial 2002. São Paulo: Cortez; Campinas, CEDES, 2002.

PRADO, Iveline de Melo. **Depoimento** [dezembro/2004]. Entrevistadora: Maria da Penha Feitosa. Teresina. 1 cassete sonoro. Entrevista concedida para levantamento de dados para esta pesquisa.

PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR - MEC, **Secretaria de Educação Superior, Departamento de Projetos Especiais de Modernização do Ensino Superior**. Brasília, 2005.

RANIERE, NINA B. S. **Educação Superior no Brasil na perspectiva do Direito e do Estado**: reflexões sobre a atuação do Estado, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/96). Tese de doutoramento, Faculdade de Direito da USP. SÃO Paulo, 1999.

REZENDE, A. M. **O Saber e o Poder na universidade**: dominação ou serviço? São Paulo: Cortez, 1983.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RICHARDSON, R. Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**; colaboradores José Augusto de S. P....(et. al.). São Paulo: Atlas, 1999.

ROSSATO, R. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: Ediufrp, 1998.

ROSSI, W. G. **Capitalismo e Educação**: contribuição ao estudo crítico da economia na educação capitalista. São Paulo: Moraes, 1980.

SADER, E. & GENTILI (org.). Pós neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTANA, R. N. M. de. (org.). **Piauí**: formação, desenvolvimento, perspectivas. FUNDAPI, Teresina: Halley, 1995.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. A Organização Universitária e suas interfaces com as estruturas de poder no Piauí. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí – UFPI. Teresina, 1998.

SARUP, M. **Marxismo e Educação**: abordagem fenomenológica e marxista da educação. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SAVIANNI, D. **Educação**: do Senso Comum à Consciência Filosófica. Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Escola e Democracia**. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

\_\_\_\_\_. Universidade pública: fator estratégico ao desenvolvimento (entrevista). In: **Princípios, Revista teórica, política e de informação**, nº 73. São Paulo, maio/jun/jul/2004

SBPC sugere dividir curso superior em ciclos. In: **Jornal Folha de São Paulo**, Página C 1, de 22 de julho de 2004.

SEVERINO, A. J. Educação e Ideologia: As perigosas relações entre o Saber e o Poder. In: **Filosofia da Educação**. São Paulo: FTD, pp. 115-123, 1994.

\_\_\_\_\_. Os Embates da Cidadania: ensaio de uma abordagem filosófica da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: BERZEZINSKI (org.). **LDB Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

SGUISSARD, V. "Do jeito que o Banco Mundial gosta. In: Revista Caros Amigos, ed Especial nº 9, **A Universidade no Espelho**: para onde caminha o ensino superior no Brasil, novembro/2001.

SGUISSARD, V.; SILVA JR. J. dos R. Reforma do Estado e da Educação Superior no Brasil. In: SGUISSARD, V. **Avaliação universitária em questão**. Campinas: Autores Associados, 1997.



SHIROMA, E. O. (et. al.). **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

SILVA JR., J. dos R.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil – reforma do Estado e mudanças na produção**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-Ifan, 2001.

SILVA JR, J. dos R. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA JR., J. dos R. Mudanças estruturais no capitalismo e a política educacional do Governo FHC: o caso do Ensino Médio. In: **Educação & Sociedade**: Revista de Ciência da Educação. **Políticas para a Educação**: olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002. Volume 23 – Número Especial – 2002. São Paulo: Cortez; Campinas, Cedes, 2002.

SILVA, J. G. **As relações de poder na universidade**: é preciso separar os perseguidores das vítimas. Internet em 08/07/05: [jorgegregorio@ufam.edu.br](mailto:jorgegregorio@ufam.edu.br).

SILVA, Ronalda B. e JOSÉ, Wagner D. A reforma da Educação Superior e as universidades públicas: o impacto nas UES baianas. Contatos: [ronaldabarreto@uol.com.br/](mailto:ronaldabarreto@uol.com.br/) [wjose@ig.com.br](mailto:wjose@ig.com.br).

SIQUEIRA, Ângela C. de. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. In: **Revista Brasileira de Educação** nº 26: maio/jun/jul/ago, 2004.

\_\_\_\_\_. O novo discurso do Banco Mundial e seu mais recente documento de política educacional. In: **24ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED. CD-ROM**, 2001.

SOUSA, M. C. C. C. de. **Escola e Memória**. Bragança Paulista, IFAN-CDAPH: EDUSF, 2000.

SOUSA NETO, M. de. **O Impacto do FUNDEF no atendimento ao aluno do ensino fundamental da rede estadual de educação em Teresina (1996-2002)**: conquistas, limites e potencialidades. Dissertação de Mestrado em Educação. UFPI, 2003.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRIVINÕS, A. N. S. Marxismo, materialismo dialético e materialismo histórico. In: **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, **Sindicato ANDES Nacional**. Vol. 9, nº 19, maio/ago. Brasília (DF), 1999.

UNIVERSIDADE PÚBLICA: A Destruição: o que está em jogo? In: **Revista ADunicamp – Associação de Docentes da Unicamp - Caderno Especial**, setembro/2004.

UNIVERSIDADE E HUMANIDADES. Cursos pagos: universalização do conhecimento ou mercantilização do ensino? In: **Revista ADunicamp – Associação de Docentes da Unicamp** – Ano 4, nº 01 – novembro/2002.

UNIVERSIDADE EM REFORMA: Os caminhos da mudança. Mentiras sobre o gasto social. In: **MOVIMENTO, Revista da União Nacional dos Estudantes – UNE**, nº 10. São Paulo março/2004.

UNIVERSIDADE e o novo projeto de desenvolvimento. In: **Princípios, Revista teórica, política e de informação**, nº 73. São Paulo, 2004.

## **A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA ESTADUAL NO PIAUÍ: ASPECTOS DA ORIGEM E O PROCESSO DE EXPANSÃO NOS ANOS 1990**

Maria da Penha Feitosa (UFPI)

GT 05: Estado e Política Educacional

O presente trabalho resume estudo realizado no Mestrado em Educação – CCE/UFPI, sobre “A Educação Superior Pública Estadual no Piauí: aspectos da origem e o processo de expansão nos anos 1990”, cuja pesquisa teve como preocupação nuclear a investigação da realidade da educação superior pública estadual no Piauí, num esforço teórico/empírico de construir um conhecimento sobre o lugar e o sentido desse nível de educação no âmbito das ações político-administrativas do poder público estadual, vendo a natureza do processo expansionista ocorrido nos anos 1990, em consonância com as experiências vividas em outras universidades estaduais brasileiras, como resultado da implantação, no Brasil, de um novo perfil de universidade. Analisou-se essa realidade partindo de um contexto mais geral, observando as mudanças e as permanências e sua relação com o momento expansionista vivido pela UESPI, identificando nele os seus limites e paradoxos. Trata-se da apresentação dos resultados de um trabalho mais amplo, apresentado, aqui, dividido em dois blocos compostos de seis e quatro itens, respectivamente, alguns números coletados com a pesquisa, além de aspectos da metodologia utilizada para realização do trabalho.

EDUCAÇÃO - SOCIEDADE – ESTADO – POLÍTICAS PÚBLICAS

## **PORQUE ANALISAR A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO PIAUÍ NA PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA DIALÉTICA MATERIALISTA HISTÓRICA**

Geraldo do Nascimento Carvalho (UFPI)

GT 05 – Estado e Política Educacional

O presente trabalho analisa a pertinência da abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético na pesquisa educacional, trazendo como pressupostos básicos para discussão a primazia do ser sobre o pensar, ou do real (ser-concreto) sobre o seu conhecimento – a idéia - e a distinção entre este real e o seu conhecimento. A opção pelo método da dialética materialista histórica na investigação do objeto – educação – em estado de aparência, será justificada no decurso da pesquisa ora em estado de maturação, onde trataremos de demonstrar a validade desta abordagem enquanto método, concepção e práxis. A preocupação central do nosso trabalho é verificar como se coloca a racionalidade específica do objeto ora em estudo – A Expansão do Ensino Superior Privado no Piauí – a que lógica interna e a que fatores externos ela se subordina, num esforço teórico/empírico de construir um conhecimento sobre as determinações dessa expansão no contexto da crise estrutural do capitalismo e das políticas de reestruturação como medidas para desimpedir a reprodução do capital, visto que o que se observa no contexto atual das políticas educacionais, notadamente no perfil da educação superior brasileira, são mudanças que acompanham as transformações que não fogem às determinações econômicas e políticas reservadas ao mundo do trabalho e ao novo papel do Estado Brasileiro.

ESTADO – EDUCAÇÃO – SOCIEDADE – POLÍTICAS PÚBLICAS